A teologia do direito matrimonial nas alocuções de Bento XVI ao tribunal da rota romana

The theology of matrimonial law in speeches of Benedict XVI to the tribunal of the roman rota

Denilson Geraldo*

Resumo

O discurso do Pontífice à Rota Romana abre a cada ano os trabalhos deste Tribunal Apostólico e é aguardado com expectativa pelos envolvidos na ação judiciária da Igreja, tornando-se uma referência para todos os tribunais eclesiais. Bento XVI reflete sobre a família na perspectiva jurídica, mas fundamenta seu pensamento na teologia e na filosofia com abertura para a antropologia. Dividido em três grupos, o artigo tem a finalidade de expor o pensamento de Bento XVI sobre a ação dos tribunais e a direta contribuição que exercem sobre a teologia do matrimônio, considera a questão da hermenêutica canônica na mesma linha da reflexão teológica sobre a hermenêutica de continuidade que marcou o Concílio Vaticano II e reconhece a família como uma instituição divina e inscrita na natureza humana. A metodologia utilizada foi o contato direto com os textos publicados no periódico semanal da Santa Sé e a conclusão do trabalho é que Bento XVI elabora uma teologia do direito matrimonial aberta ao diálogo, aos desafios da cultura atual, alicerçada na natureza humana e no sacramento.

Palavras-chaves: família; matrimônio; tribunal da rota romana; direito canônico.

Abstract

The speech of the Pope to the Roman Rota opens every year the work of this Apostolic Tribunal and is awaited with anticipation by those involved in the judicial action of the Church, becoming a reference for all ecclesiastical tribunals. Benedict XVI reflects on family in the legal perspective, but he bases his thinking in theology and philosophy with opening for anthropology. Divided into three groups, the article aims to expose the thought of Benedict XVI on the action of the tribunals and the direct contribution they have on the theology of marriage. He considers the question of canonical hermeneutics in the same line of theological reflection on hermeneutics continuity that marked the Vatican II Council and recognizes the family as a divine and inscribed in human nature institution. The methodology used was direct contact with the texts published in the weekly newsletter of the Holy See and the completion of the work is that Benedict XVI elaborates a theology of matrimonial law open to dialogue, to the challenges of today's culture, rooted in human nature and in the sacrament.

Keywords: family; marriage; the roman rota; canon law.

Artigo recebido em 30 agosto. 2014 e aprovado em 29 de junho de 2015.

* Doutor em Direito Canônico. Professor do programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
País de origem: Brasil. E-mail: denil.ge@gmail.com.

Introdução

O ensinamento de natureza jurídica sobre o matrimônio e a família do Papa Bento XVI mostra a atualidade do tema na atividade da Igreja, colocando-se em continuidade criativa com o Vaticano II, o magistério pontifício de Paulo VI e de João Paulo II. O tema abordado não é somente uma consequência vinculante e derivante da fé cristã, mas um bem em si para a pessoa e a sociedade, um patrimônio de valores destinado à Igreja em todos os seus níveis, a começar pela doméstica até a universal, e à humanidade. A chave de leitura a partir do direito contempla uma diversidade de temas, trazendo consequências sobre a perspectiva antropológica, a estabilidade do vínculo matrimonial, a complementaridade nas diferenças, a fecundidade, a educação dos filhos e o engajamento social da própria família. Deste modo, a instituição do matrimônio fundada sobre o consentimento torna-se um patrimônio da humanidade como uma instituição básica da sociedade. De fato, não pode ser caracterizada, do ponto de vista jurídico, como uma instituição exclusivamente de direito privado, mas uma ponte entre a pessoa e a sociedade ou entre a pessoa e o Estado (RIONDINO, 2013, p. 229-231).

Foram pronunciados oito discursos (2006-2013) ao Tribunal da Rota Romana, refletindo sua visão a respeito da instituição matrimonial a serviço da humanidade e da humanização da pessoa. Os temas abordados nos discursos versam sobre a hermenêutica canônica em relação ao matrimônio e suas consequências na atividade dos tribunais, a pastoralidade dos processos de verificação do estado livre para a celebração do matrimônio que acontece nas paróquias e se tornam meios de prevenção de futuras nulidades matrimoniais, as virtudes da justiça e da caridade relacionadas ao trabalho dos tribunais, o amor à verdade como ponto de encontro entre direito e pastoral, a relação com a fé cristã e a ordem natural. A visão jurídica procura superar o relativismo cultural que considera impossível o compromisso institucionalizado de amar perpetuamente o outro. Fundado no ato livre e responsável do consentimento, o matrimônio não é uma missão impossível ou destinada aos dotados de forças especiais, mas se refere

à humanidade como uma instituição essencial para a formação da sociedade e, por isso, preservada e incentivada pela atividade jurídica da Igreja.

1 A ação judiciária dos tribunais eclesiais diocesanos a favor da família

Em seu primeiro discurso ao Tribunal da Rota Romana em 2006, Bento XVI relacionou a Instrução *Dignitas connubii* (IGREJA CATÓLICA, PONTIFÍCIO CONSELHO PARA OS TEXTOS LEGISLATIVOS, 2005), uma espécie de *vademecum* sobre o procedimento nas causas de nulidade matrimonial, e as *Proposições* do Sínodo dos bispos sobre a Eucaristia. Os documentos encontram-se pela incidência da declaração de nulidade matrimonial, que abre a possibilidade de novo matrimônio e a recepção da Eucaristia. Conforme este Sínodo (IGREJA CATÓLICA. SÍNODO DOS BISPOS, *Proposições*, 2005, n. 40), reafirma-se a “importância de uma atitude e de uma ação pastoral de atenção e de acolhimento dos fiéis divorciados e que se casaram novamente”, mas não podem ser admitidos à comunhão Eucarística. Contudo, tendo em vista o caráter pastoral dos tribunais, pois poderia dar a impressão de que o Sínodo, prescrito nesta proposição, estivesse incentivando os tribunais eclesiais a certa leviandade jurídica para que os fiéis não canonicamente casados pudessem rapidamente regularizar a sua situação matrimonial e receber a Eucaristia. Neste sentido, a legislação canônica e a Instrução citada poderiam representar limites ao empenho pastoral a favor da família nos tribunais.

Contudo, continua o tema na mesma alocução de que, por detrás deste delineamento, se esconde uma pretendida contraposição entre direito e pastoral, não se compreendendo que o processo canônico de nulidade do matrimônio é instrumento para averiguar a verdade sobre o vínculo conjugal. Como um serviço à família, o trabalho da justiça eclesial não é para “complicar inutilmente a vida dos fiéis nem muito menos exacerbar a sua litigiosidade” (BENTO XVI, 2006, p. 5). De fato, a finalidade do processo é a declaração da verdade sobre o matrimônio

e a determinação do que seja justo em vista do testemunho da caridade, ou seja, o valor pastoral não está separado do amor à verdade e isolado do bem das pessoas. É uma verdade que se integra no itinerário humano e cristão de cada fiel e não se trata de “infligir um dano injusto à outra parte, mas o objetivo é estabelecer e tutelar a pertença do bem às pessoas, à Igreja e à sociedade, pois a família representa um bem público” (BENTO XVI, 2006, p. 5). Nesta chave de leitura, a Instrução *Dignitas connubii* (2005) e o Sínodo revelam-se completamente convergentes ao trabalho dos tribunais a favor da família tanto para uma sentença afirmativa de nulidade quanto para a negativa.

Em 2010, o discurso fez referência à Encíclica *Caritas in veritate* (IGREJA CATÓLICA, 2009) relacionando novamente o tema da justiça à verdade e à caridade para não se contrapor tais realidades ligadas ao processo de nulidade do vínculo matrimonial. Argumentou na direção que os tribunais não podem justificar conceito de “caridade pastoral” como todo esforço rumo à declaração da nulidade do vínculo matrimonial sem referência à justiça e à verdade, tornando-se mero instrumento técnico ao serviço de qualquer interesse subjetivo sem considerar a relevância quer para as partes, quer para toda a assembleia eclesial.

Para tanto, ressalta no discurso que os promotores do direito ou aqueles que trabalham na justiça eclesiástica sejam testemunhas das virtudes humanas e cristãs, particularmente a prudência e a justiça, mas também da fortaleza, principalmente quando “a injustiça parece a mais fácil de seguir, enquanto implica condescendência aos desejos e às expectativas das partes, ou então aos condicionamentos do ambiente social” (BENTO XVI, 2010, p. 8) que não consideram o matrimônio como indissolúvel. Além do mais, os administradores da justiça são impelidos à virtude do amor que significa trabalhar com os dados técnicos do processo, mas permanecendo diante de pessoas marcadas por problemas e sofrimentos na vida matrimonial, inserindo-se no caso concreto mediante a delicadeza e a solicitude para com esta mesma história.

Esta atitude pastoral dos administradores da justiça é também uma oportunidade na qual se entrevê uma esperança para restabelecer a convivência conjugal e o esforço de instaurar entre as partes um clima de disponibilidade humana e cristã, fundada na busca da verdade. Bento XVI coloca um neologismo ao pedir que se evite evocações pseudopastorais nos processos de nulidade matrimonial com a finalidade de superar os obstáculos à recepção dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia. Entretanto, a readmissão à comunhão eucarística depois da reconciliação sacramental exige “que se considere o bem autêntico das pessoas, inseparável da verdade da situação canônica” (BENTO XVI, 2010, p. 8), caso contrário, representaria algo fictício e uma grave falta de justiça e de amor para com as pessoas e a família. Tendo em vista que a recepção dos sacramentos não pode contrastar de modo objetivo com a verdade da própria condição pessoal e canônica, a pastoral dos administradores da justiça nos tribunais eclesiásticos, considerando a dimensão existencial e personalista da união conjugal, terá sempre diante dos olhos a indissolubilidade e a unidade do matrimônio que goza do favor do direito, conforme o cânon n. 1060 do Código de Direito Canônico (IGREJA CATÓLICA - CIC, 2000, n. 1060)¹, ou seja, mesmo em caso de dúvida na declaração de nulidade, o matrimônio deve entender-se sempre válido enquanto não for provado o contrário (BENTO XVI, 2010, p. 8).

2 O específico trabalho do Tribunal da Rota Romana para com a família

Diferentemente de todos os outros tribunais de justiça da Igreja católica, o Tribunal Apostólico da Rota Romana tem algumas características próprias. Primeiramente, não tem limite territorial quanto à sua competência jurisdicional, ou seja, é universal. Possui uma potestade ordinária vicária, conforme o cânon n. 131, porque é exercida em nome do Papa. O número de juízes é a discricção do próprio Romano Pontífice que, na história recente, oscila entre 18 e 22. O Tribunal

¹As citações do Código de Direito Canônico, documento católico tradicionalmente conhecido pela sigla CIC (em latim “Codex Iuris Canonici”), serão indicadas apenas pelo número do cânon, neste caso, da seguinte forma: cânon n. 1060.

Apostólico, como todos os tribunais da Santa Sé, é regido e regulado por uma lei própria aprovada pelo Papa João Paulo II em 27 de fevereiro de 1994. Tais normas constituem um Código particular e definem a composição do Tribunal da Rota com seu peculiar *modus procedendi*(AMENTA, 2014, p. 74-77).

As competências da Rota Romana estão relacionadas no cânon n. 1444, referindo-se às causas que tenham sido julgadas pelos tribunais ordinários de primeira instância ou tribunal diocesano e levadas à Santa Sé mediante legítima apelação. Sua competência também se estende como terceira instância, às causas já julgadas pela própria Rota Romana, mas com outros juízes, por isso, a denominação “rota”, isto é, os juízes rodam o turno de trabalho. Além disso, julga os casos de direito ou de bens patrimoniais de uma pessoa jurídica representada pelo bispo de acordo com o cânon n. 1419 §2 e o abade ou o Supremo Moderador de um instituto religioso de direito pontifício, as dioceses e outras pessoas eclesiais, físicas ou jurídicas, que não tenham superiores abaixo do Papa, conforme o n. cânon n. 1405 §3.

Esse tribunal realiza um trabalho específico em benefício da família, como tratou Bento XVI em 2008, por ocasião do centenário da Rota Romana, e refletiu a respeito do caráter social das sentenças rotais e do serviço ao bem público de suas decisões com influxo direto sobre o conceito de matrimônio. Em particular, suas sentenças representam uma importância jurídica, ultrapassando o âmbito imediato das causas nas quais são emitidas, e suas decisões dizem respeito a toda a sociedade, determinando o trabalho dos tribunais diocesanos que por sua vez, influencia a vida social local. É um perfil posto em realce na própria descrição da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*(JOÃO PAULO II, 1988), fazendo da Rota um tribunal ordinário e de órgão superior no grau de apelo junto da Sé Apostólica para tutelar os direitos na Igreja, provendo a unidade da jurisprudência e, por suas próprias sentenças, serve de ajuda aos Tribunais de grau inferior (JOÃO PAULO II, 1988, art. 126).

Por conseguinte, o valor da jurisprudência rotal “não é uma questão fatual de tipo sociológico, mas é de índole propriamente jurídica, porque se coloca ao serviço da justiça substancial” (BENTO XVI, 2008, p. 3) e seria impróprio reconhecer uma contraposição entre a jurisprudência rotal e as decisões dos tribunais locais, os quais tornam imediatamente acessível a administração da justiça. Tal necessidade de unidade jurídica assume na Igreja um significado específico, na medida em que estão em jogo as exigências da comunhão e a tutela daquilo que é comum à Igreja universal.

No mesmo discurso de 2008, Bento XVI considerou que a jurisprudência rotal ofereceu no âmbito matrimonial e familiar contributos significativos para a elaboração do atual Código de Direito Canônico que relacionou o sentido de justiça à própria essência do matrimônio como “intrinsecamente antropológica, teológica e jurídica” (BENTO XVI, 2008, p. 3). A obra jurisprudencial deste tribunal consiste em realizar uma verdadeira prática a favor da família que não seja arbitrária ou relativista “porque consente ler nos acontecimentos a presença ou a ausência da específica relação de justiça que é o matrimônio, com a sua real espessura humana e salvífica”. Por isso, a avaliação objetiva dos fatos realizada pela jurisprudência rotal, à luz do Magistério e do direito da Igreja, influi sobre os trabalhos dos tribunais das Igrejas locais, fazendo com que as causas de nulidade matrimonial sejam julgadas na concreta realidade “à luz dos critérios que reafirmam constantemente a realidade do matrimônio indissolúvel” conforme o desígnio de Deus Criador e Salvador (BENTO XVI, 2008, p. 3).

Esta atenção com a jurisprudência rotal fez Bento XVI proferir o discurso ao Tribunal da Rota em 2009 (BENTO XVI, 2009, p. 7) sobre o grande número de processos matrimoniais de incapacidade psíquica normatizada no cânon n. 1095 n. 2. Decorridos 20 anos da alocação de João Paulo II sobre este mesmo tema, Bento XVI ressaltou a necessidade de uma antropologia que integrasse a dimensão temporal e eterna do ser humano e a necessidade de não reduzir a vocação ao

matrimônio dentro do conceito de normalidade psíquica (JOÃO PAULO II, 1988, n. 12; BENTO XVI, 2009, p. 7). Bento XVI retoma a questão e questiona em que medida as alocações dos Papas ao Tribunal da Rota foram adequadamente recebidas nos tribunais eclesiásticos diocesanos. Aprofundando o problema da incapacidade para o matrimônio, ele ainda distingue maturidade psíquica, como ponto de chegada do desenvolvimento humano, da maturidade canônica, como o mínimo para a validade do sacramento. Depois, pontualiza os conceitos de incapacidade e dificuldade de prestar o consentimento para realizar uma verdadeira comunidade de vida e de amor, ou seja, somente no primeiro caso o matrimônio é nulo. Por fim, demarca o limite entre a “capacidade mínima, suficiente para um válido consentimento e a capacidade idealizada de uma plena maturidade no que diz respeito a uma vida conjugal feliz (JOÃO PAULO II, 1988, n. 12; BENTO XVI, 2009, p. 7)”. Sintetizando, a capacidade psíquica mínima para o consentimento torna válido o matrimônio e não é justo estender a compreensão deste cânon fazendo da dificuldade psíquica uma incapacidade.

Tais distinções levam ao conceito jurídico canônico de incapacidade como uma séria forma de anomalia que afeta profundamente as capacidades de entender e/ou de querer. De fato, a norma para verificar tal incapacidade “exige, já na época do matrimônio, a presença de uma particular anomalia psíquica que perturbe gravemente o uso de razão ou a faculdade crítica e eletiva em relação a graves decisões, particularmente no que diz respeito à livre escolha do estado de vida” (BENTO XVI, 2009, p. 7), provocando não só uma grave dificuldade, mas também a impossibilidade de enfrentar as tarefas relativas às obrigações essenciais do matrimônio.

Bento XVI, continuando no mesmo discurso de 2009, constata a dificuldade do pensamento contemporâneo sobre a possibilidade de escolhas definitivas, fundamentado no pessimismo antropológico que considera quase impossível o casamento. Sublinha que a orientação atual é na direção de auto-realização e auto-transcendência egocêntrica a tal ponto que a pessoa e o matrimônio são negados

pela incapacidade psíquica de compromissos que impliquem a vida toda. Em tal situação, a união matrimonial é impensável e impraticável, comprometendo a verdade sobre o matrimônio como “íntima comunhão de vida e de amor conjugal fundada pelo Criador e estruturada com leis próprias” (CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et spes*, 48).

Na realidade, a capacidade psíquica para o matrimônio não é medida em relação à realização existencial ou efetiva da união conjugal mediante o cumprimento das obrigações essenciais, mas “em relação à vontade eficaz de cada um dos contraentes, que torna possível e concreta tal realização já no momento do pacto nupcial” (BENTO XVI, 2009, p. 7) e cuja válida subsistência não depende do sucessivo comportamento dos cônjuges ao longo da vida matrimonial. Neste sentido, a verdadeira incapacidade “é sempre uma exceção ao princípio natural da capacidade necessária para compreender, decidir e realizar a doação de si próprio da qual nasce o vínculo conjugal” (BENTO XVI, 2009, p. 7).

Na alocução de 2011 ao Tribunal da Rota, o Pontífice considerou a dimensão jurídica como parte ínsita da atividade pastoral de preparação e admissão ao matrimônio, ressaltando o vínculo entre esta atividade e os processos de nulidade matrimonial. Bento XVI observa que os cursos de preparação para o matrimônio as questões canônicas ocupam um lugar bastante modesto ou até insignificante, considerando que os noivos tenham um interesse muito limitado pelas problemáticas reservadas aos especialistas, mesmo que seja necessária a certificação de que nada impede a válida e lícita celebração do matrimônio, conforme o cânon n. 1066. Pressupondo que o matrimônio tenha sua índole naturalmente jurídica, ou seja, por natureza está vinculado ao âmbito da justiça nos relacionamentos interpessoais, há um entrelaçar entre direito, a vida e o amor como uma única realidade natural e salvífica.

Continua na mesma alocução de 2011, sobre os noivos em sua preparação ao matrimônio, que o direito de se casar não se trata de “uma pretensão subjetiva que

deve ser satisfeita pelos pastores mediante um mero reconhecimento formal, independentemente do conteúdo efetivo da união” (BENTO XVI, 2011a, p. 10-11), mas pressupõe que se possa e se deseje celebrá-lo como é ensinada pela Igreja, referindo-se ao direito de celebrar um matrimônio autêntico, pois os equívocos sobre a sua verdade refletem como “uma ferida que se provoca à convivência humana como tal” (BENTO XVI, 2011a, p. 10-11).

É evidente que o matrimônio tem finalidades que transcendem a dimensão jurídica; contudo, o objetivo imediato da preparação dos noivos é promover a celebração livre de um verdadeiro matrimônio e na constituição de “um vínculo de justiça e amor entre os cônjuges” (BENTO XVI, 2011a, p. 10-11), com as características da unidade e indissolubilidade, ordenado para o bem dos cônjuges e aos filhos como sacramentos da Nova Aliança entre os batizados. Deste modo, os noivos são postos em condições de “descobrir a verdade de uma inclinação natural e de uma capacidade de se comprometerem que eles têm inscritos no seu ser relacional homem-mulher” (BENTO XVI, 2011a, p. 10-11). Ora, é disto que brota o direito como componente essencial da relação matrimonial que fundamenta a potencialidade natural atualizada na doação consensual.

Portanto, o acompanhamento da preparação para o matrimônio, quer remota, quer próxima, quer imediata, é necessário. O diálogo do pároco com os noivos e a elaboração do processo de habilitação matrimonial tem a finalidade jurídica de certificar que nada impeça a válida e lícita celebração das núpcias e não significando um ato burocrático de preenchimento de formulário com base em perguntas rituais. É fundamental, o diálogo sincero e separado com cada um dos noivos, “com vários meios à disposição para uma cuidadosa preparação e verificação, pode-se desenvolverdesenvolver uma eficaz ação pastoral orientada para a prevenção das nulidades matrimoniais” (BENTO XVI, 2011a, p. 10-11). É verdade que nem todos os motivos de uma eventual declaração de nulidade podem ser encontrados ou manifestados na preparação para o matrimônio, por outro lado, “não seria justo impedir o acesso às núpcias com base em presunções

infundadas, como a de considerar que, hoje em dia, as pessoas seriam geralmente incapazes ou teriam uma vontade só aparentemente matrimonial” (BENTO XVI, 2011a, p. 10-11), confundindo deste modo uma questão de capacidade com dificuldade. Neste diálogo é também fundamental se certificar sobre a abertura dos noivos aos filhos. Bento XVI diz nesta alocução que “é necessário que o trabalho judiciário ilumine o momento da admissão às núpcias quando a verdadeira exclusão se verifica com um ato positivo de vontade” (BENTO XVI, 2011a, p. 10-11).

Certamente, é preciso favorecer uma dinâmica de harmonia entre pastoralidade e juridicidade, que se revelará fecunda no serviço prestado a quem se aproxima do matrimônio. Para tanto, os agentes da pastoral familiar são motivados a conhecer o direito matrimonial e processual em conformidade com a jurisprudência rotal (BENTO XVI, 2011a, p. 10-11).

3 A hermenêutica da continuidade e sua relação com fé e o matrimônio

No discurso aos membros da cúria romana em 2005, Bento XVI considerou dois modelos de hermenêutica aplicadas ao Concílio Vaticano II: hermenêutica da descontinuidade ou de ruptura e a hermenêutica da renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, que cresce no tempo e se desenvolve, permanecendo, porém “sempre o mesmo, único sujeito do Povo de Deus a caminho”(BENTO XVI, 2005, p. 6-8). No primeiro modelo da descontinuidade, os textos aprovados refletiriam apenas “de modo imperfeito o verdadeiro espírito do Concílio e a sua novidade, seria preciso ir corajosamente para além dos textos, deixando espaço à novidade em que se expressaria a intenção mais profunda, embora ainda indistinta”, sendo necessário seguir não os textos do Concílio, mas o seu espírito (BENTO XVI, 2005, p. 6-8).

Na alocução ao Tribunal da Rota de 2007, o Pontífice colocou os efeitos práticos desta hermenêutica da descontinuidade e da ruptura no âmbito do matrimônio e da família. Nesta perspectiva, a doutrina conciliar sobre o matrimônio como íntima comunidade de vida e amor levaria a “negar a existência de um vínculo conjugal indissolúvel, porque se trataria de um ideal ao qual não podem ser obrigados os cristãos normais” (BENTO XVI, 2007, p. 5-6), difundindo-se a convicção de que o bem pastoral das pessoas em situação matrimonial irregular exigiria uma espécie de “regularização canônica, independentemente da validade ou nulidade do seu matrimônio”(BENTO XVI, 2007, p. 5-6). Esta interpretação reflete o contexto cultural marcado pelo relativismo moral e pelo positivismo jurídico que definem o matrimônio como mera formalidade social dos vínculos afetivos e como uma superestrutura legal que a vontade humana poderia manipular a bel-prazer, privando-o até da sua índole heterossexual. De fato, para o positivismo, a juridicidade da relação conjugal seria unicamente o resultado da aplicação de uma norma humana formalmente válida e eficaz, mas de caráter natural e divino. Deste modo, a realidade da vida e do amor conjugal permanece extrínseca à instituição jurídica do matrimônio. Cria-se neste particular “um hiato entre direito e existência humana, que nega radicalmente a possibilidade da fundamentação antropológica do direito” (BENTO XVI, 2007, p. 5-6).

Por outro lado, afirma Bento XVI, manifestando a continuidade hermenêutica com o Concílio, seguiram-se os magistérios de Paulo VI e de João Paulo II, como também a obra legislativa de promulgação dos códigos, latino e oriental, fundamentados “sobre a realidade sexualmente diferenciada do homem e da mulher, com as suas profundas exigências de complementaridade, de doação definitiva e de exclusividade” (BENTO XVI, 2007, p. 5-6). A juridicidade do matrimônio reside exatamente neste vínculo, “que para o homem e a mulher representa uma exigência de justiça e de amor ao qual, para o seu bem e para o bem de todos, eles não se podem subtrair sem contradizer aquilo que o próprio Deus realizou neles” (BENTO XVI, 2007, p. 5-6). Nesta perspectiva, o direito entrelaça-se intrinsecamente com a vida e o amor.

No marco do Ano da Fé e das comemorações do Cinquentenário da Abertura do Concílio Vaticano II (2012), Bento XVI refletiu novamente sobre a interpretação e a aplicação da lei canônica e sua relação com a fé e a família, “considerando que o direito canônico encontra nas verdades de fé o seu fundamento e o seu próprio sentido, e que a *lex agendi* não pode deixar de refletir a *Lex credendi*” (BENTO XVI, 2012, p. 5), afinal a hermenêutica do direito canônico está conectada ao conceito de legislação eclesiástica. Caso houvesse a tendência a identificar o direito canônico com o sistema das leis canônicas, o conhecimento do que é jurídico na Igreja consistiria em compreender quanto estabelecem os textos legais. Esta concepção levaria a ignorar o direito natural e o direito divino, assim como a necessária relação do direito com a comunhão e a missão da Igreja, supondo uma *criatividade jurídica* que, na prática estaria exposta ao risco de arbitrariedades.

Desta forma a correta hermenêutica legal dos textos legislativos no âmbito eclesial é esvaziada, pois não interessa compreender a disposição da lei, dado que ela, nesta concepção, pode ser dinamicamente adaptada a qualquer solução, também oposta ao texto. Para ilustrar e apresentar uma solução, Bento XVI fez relação com outro discurso que foi pronunciado ao Parlamento Alemão, no qual afirmou ser o direito inseparável da justiça, servindo também para lei canônica (BENTO XVI, 2011b, p. 4-5). Assim, “torna-se possível uma hermenêutica legal que seja autenticamente jurídica, no sentido de que, pondo-se em sintonia com o significado próprio da lei, pode fazer-se a interrogação crucial sobre o que é justo em cada um dos casos”(BENTO XVI, 2012, p. 5).

Esta chave interpretativa é considerada no Código de Direito Canônico quando estabelece o uso dos meios hermenêuticos, iniciando pelo “significado próprio das palavras considerado no texto e no contexto”, (cânon n. 17), não como mera prática lógica, mas como ação no corpo eclesial que permite adentrar ao verdadeiro sentido da letra da lei. Confirma-se assim que, também, na

hermenêutica da lei o horizonte autêntico é o da verdade jurídica a ser amada, procurada e servida.

Esta interpretação da lei canônica é elaborada na Igreja, um *sentire cum Ecclesia*, que também adquire sentido na disciplina, em razão dos fundamentos doutrinários sempre presentes e ativos nas normas legais da própria Igreja. Daqui brota um conceito de maturidade cristã e intelectual que “leva a amar cada vez mais a lei e a desejar compreendê-la e aplicá-la com fidelidade”. Para tanto, é “necessário um espírito de docilidade para respeitar as leis, procurando estudar com honestidade e dedicação a tradição jurídica da Igreja para poder identificar-se com ela” (BENTO XVI, 2012, p. 5) e também com as disposições legais emanadas pelo Magistério. Relativamente ao matrimônio, a sintonia dos tribunais eclesiais com o verdadeiro sentido da lei da Igreja torna-se uma questão de ampla e profunda incidência prática na vida das pessoas e das comunidades.

O último discurso de Bento XVI ao Tribunal da Rota Romana em 2013 relaciona a crise de fé e a vivência conjugal, acentuando que a ausência da fé traz consigo uma crise da sociedade conjugal. Toma como referência a raiz linguística comum de fé e aliança, *fides* e *foedus*, com o qual o cânon n. 1055 §1 designa a realidade natural do matrimônio como pacto irrevogável entre homem e mulher. Esta realidade sacramental exige a fé pessoal dos nubentes como condição mínima necessária e a intenção de fazer o que a Igreja faz. No caso em que não seja perceptível vestígio algum da fé como tal nem desejo algum da graça e da salvação, “o matrimônio só pode tornar nulo se incide sobre a validade a nível natural no qual é colocado o próprio sinal sacramental” (BENTO XVI, 2013, p. 4-5).

Na verdade, a cultura contemporânea, marcada por um acentuado subjetivismo e relativismo ético e religioso, apresenta desafios urgentes à pessoa e à família. Primeiramente, coloca-se o problema de que o ser humano é incapaz de emitir um juramento por toda vida em prejuízo de sua liberdade e autorrealização. No entanto, abrindo-se a Deus, é possível compreender e realizar concretamente também na vida conjugal e familiar uma verdadeira humanidade. Ora, a recusa da

natureza humana que se volta ao Criador como sua imagem e semelhança conduz a um desequilíbrio profundo em todas as relações humanas, incluída a matrimonial e facilita compreensão errônea da liberdade e da auto-realização. Ao contrário, o acolhimento da fé torna o homem capaz da doação de si.

Por conseguinte, a fé em Deus, apoiada pela graça divina, é um elemento necessário para viver a dedicação mútua e a fidelidade conjugal. Contudo, isto não significa que a fidelidade e as propriedades do matrimônio não sejam possíveis no matrimônio natural, mas o problema é o fechamento a Deus que pode minar a própria validade do pacto “quando se traduz numa recusa de um princípio da mesma obrigação conjugal dos elementos ou propriedades essenciais do matrimônio” (BENTO XVI, 2013, p. 4-5). Por fim, a fé é importante na realização do autêntico bem conjugal, consistindo simplesmente em querer sempre o bem do outro em função da verdadeira e indissolúvel comunhão de vida.

Colocado que a ausência da fé compromete o bem dos cônjuges, como fica a situação da validade dos matrimônios que buscam a Igreja motivada apenas pelo evento social que o casamento religioso produz? Neste ponto, Bento XVI afirma que não se pretende “sugerir qualquer automatismo fácil entre carência de fé e união matrimonial não válida, mas antes evidenciar como esta carência possa, mesmo se não necessariamente, ferir também os bens do matrimônio, a partir do momento que a referência à ordem natural querida por Deus é inerente ao pacto conjugal” (BENTO XVI, 2013, p. 4-5). Respondendo à questão, com a celebração religiosa, o matrimônio será sempre válido. Quem duvidar de sua validade terá que provar em foro externo no tribunal eclesiástico, instituição que defenderá a família.

Conclusão

Bento XVI, ainda em seu discurso ao Parlamento Alemão (2011), cita a narrativa do *Primeiro Livro dos Reis* sobre o jovem rei Salomão ao qual Deus concedeu o pedido, por ocasião da sua entronização, de lhe dar um “coração dócil, para saber administrar a justiça ao teu povo e discernir o bem do mal” (1Rs 3,9), pois o sucesso político está “subordinado ao critério da justiça, à vontade de atuar o direito e à inteligência do direito” (BENTO XVI, 2011b, p. 4-5).

Nas questões fundamentais do direito em que esteja em jogo a dignidade do homem e da humanidade, o princípio “maioria” não basta. Fundamentados neste princípio, os combatentes da resistência “agiram contra o regime nazista e contra outros regimes totalitários, prestando assim um serviço ao direito e à humanidade inteira. Para estas pessoas era evidente de modo incontestável que, na realidade, o direito vigente era injustiça”(BENTO XVI, 2011b, p. 4-5). Na história, nos ordenamentos jurídicos houve referência à Divindade para decidir aquilo que é justo entre os homens, mas o “cristianismo nunca impôs ao Estado e à sociedade um direito revelado” ou derivado da revelação, mas “apelou para a natureza e a razão como verdadeiras fontes do direito” (BENTO XVI, 2011b, p. 4-5).

Coccopalmerio ao comentar este discurso afirma que a fé e a adesão por fé não pertencem a todos da comunidade e nem ao legislador como consequência do princípio da liberdade religiosa e de consciência. Para afirmar os fundamentos do estado de direito é preciso seguir outros caminhos com outros instrumentos. “Isto significa que a razão deve indagar a natureza para encontrar o direito ontológico”. A este ponto a razão representa “o instrumento cognoscitivo adequado não só porque, como é óbvio, é capaz de indagar a natureza e assim conhecer a ontologia, mas também porque, diversamente da adesão por fé, que pertence só a alguns, a razão é de todos” (COCCOPALMERIO, 2012, p.2).

No Instrumento de Trabalho para o Sínodo extraordinário dos bispos realizado em 2014, foi pedida a readequação da terminologia “lei natural”, pois o objetivo do trabalho pastoral não é a defesa de uma posição filosófica, mas o reconhecimento do elemento essencial em todos os seres humanos. De fato, as dificuldades apresentam-se porque o conceito é diversamente abordado, sendo muitas vezes considerada, como natural na sociedade, a tendência ao subjetivo ou como não-científica pelas neurociências. Já, o positivismo tem sua influência, deixando ao indivíduo e à sociedade a possibilidade das escolhas éticas, mesmo contrastando com a natureza humana. Nesta perspectiva, até o conceito de poligamia pode ser considerado como natural. Portanto, há o desejo de superar a linguagem, dando maior ênfase ao modo de se exprimir com a inspiração bíblica do que com a filosófica (IGREJA CATÓLICA, *Instrumentum laboris*, 2014, n. 30).

Neste sentido, no mesmo discurso já citado, Bento XVI disse que São Paulo na *Carta aos Romanos* pede para prática da Lei inscrita nos seus corações, como resulta do testemunho da sua consciência (Rm2,14-15). Esta consciência é o coração dócil de Salomão, a razão aberta à linguagem do ser. A base filosófica que contrasta este conceito é “a tese segundo a qual haveria entre o ser e o dever ser um abismo intransponível (pois) do ser não poderia derivar um dever, porque se trataria de dois âmbitos absolutamente diversos” (BENTO XVI, 2011b, p. 4-5). A base de tal opinião é a concepção positivista de natureza “que compreende a natureza de modo puramente funcional, tal como a conhecem as ciências naturais, não pode criar qualquer ponte para a ética e o direito, mas suscitar de novo respostas apenas funcionais”, inclusive “a ética e a religião devem ser atribuídas ao âmbito subjetivo, caindo fora do âmbito da razão no sentido estrito do termo”(BENTO XVI, 2011b, p. 4-5), reduzindo outras concepções e outros valores ao estado de uma subcultura. Partindo dos problemas ligados à ecologia, Bento XVI insiste ser necessário “ouvir a linguagem da natureza e responder-lhe coerentemente”, mas existe também uma ecologia do homem que possui uma natureza que precisa ser respeitada e não pode ser manipulada. A vontade humana

“é justa quando respeita a natureza e a escuta e quando se aceita a si mesmo por aquilo que é e que não se criou por si mesmo”, pois somente assim “se realiza a verdadeira liberdade humana”. (BENTO XVI, 2011b, p. 4-5).

Portanto, a relação do direito com a família na visão de Bento XVI está ligada à natureza humana, à fé, ao conceito de que o matrimônio é um bem público, tanto para a Igreja como para a sociedade, e que é indissolúvel no momento do consentimento. A partir de tais conceitos, segue a disciplina adotada nos tribunais eclesiásticos como um serviço à pessoa humana, à família e à sociedade.

REFERÊNCIAS

AMENTA, P. **Os procedimentos administrativos em matéria de matrimônio canônico**. Conferência proferida no XXIX Encontro da SBC, realizado em julho de 2014, em Porto Velho.

BENTO XVI. Discurso aos membros da Cúria da Romana. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XXXVI, n. 52, p. 6-8, 2005.

BENTO XVI. Alocução ao tribunal da Rota Romana: o amor à verdade constitui o ponto de encontro fundamental entre direito e pastoral. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XXXVII, n. 5, p. 5, 2006.

BENTO XVI. Alocução ao tribunal da Rota Romana: a redescoberta da beleza daquela “verdade sobre o matrimônio” que Jesus nos ensinou plenamente. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XXXVIII, n. 5, p. 5-6, 2007.

BENTO XVI. Alocução ao tribunal da Rota Romana: uma justiça para toda a Igreja. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XXXIX, n. 5, p. 3, 2008.

BENTO XVI. Alocução ao tribunal da Rota Romana: o matrimônio não é uma missão impossível. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XL, n. 6, p. 7, 2009.

BENTO XVI. Alocução ao tribunal da Rota Romana: justiça, caridade e verdade nos tribunais. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XLI, n. 6, p. 8, 2010.

BENTO XVI. Alocução ao tribunal da Rota Romana: como prevenir as nulidades matrimoniais. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XLII, n. 5, p. 10-11, 2011.

BENTO XVI. Discurso ao Parlamento Alemão: uma política ao serviço do direito e da justiça. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição em língua portuguesa, ano XLII, n. 39, p. 4-5, 2011.

BENTO XVI. Alocução ao tribunal da Rota Romana: a lei canônica interpreta-se na Igreja. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XLIII, n. 4, p. 5 e 11, 2012.

BENTO XVI. Alocução ao tribunal da Rota Romana: o matrimônio entre fé e ordem natural. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XLIV, n. 5, p. 4-5, 2013.

COCCOPALMERIO, Francesco. A razão é de todos. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XLIII, n. 17, p. 2, 2012.

CONCÍLIO VATICANO, 2., 1962-1965. **Constituição pastoral 'Gaudium et Spes' sobre a Igreja no mundo de hoje**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

IGREJA CATÓLICA. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Código de Direito Canônico** - CIC. 12 ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2000.

IGREJA CATÓLICA. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA OS TEXTOS LEGISLATIVOS. Instrução Dignitas Connubii. **Enchiridion Vaticanum**, Edizione Dehoniane Bologna (EDB), vol. 23, Bologna, 2008. p. 62-219.

IGREJA CATÓLICA. SÍNODO DOS BISPOS. III Assembleia geral extraordinária do sínodo dos bispos (2005). Proposições do Sínodo sobre a Eucaristia. **Enchiridion Vaticanum**, Edizione Dehoniane Bologna (EDB), vol. 23, Bologna, 2008. p. 740-771.

IGREJA CATÓLICA. **Caritas in veritate**: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. São Paulo, SP: Paulus, Edições Loyola, 2009.

IGREJA CATÓLICA. SÍNODO DOS BISPOS. III Assembleia geral extraordinária do sínodo dos bispos (2014). **Instrumentum laboris**. São Paulo: Paulinas, 2014.

JOÃO PAULO II. Alocução ao tribunal da Rota Romana: o respeito da visão cristã do matrimônio. **L'Osservatore Romano**, Cidade do Vaticano, Edição Semanal em Português, ano XIX, n. 7, p. 12, 1988.

JOÃO PAULO II. Constituição Apostólica Pastor Bonus. **Acta Apostolica Sedis**, [s.l.], n. 80, p. 841-930, 1988.

RIONDINO, M. La famiglia nel magisterio di Benedetto XVI: profili giuridici. **Commentarium pro religiosus et missionariis**, [s.l.], ano XCIV, v. 94, Fasc. III-IV, p. 229-245, 2013.